

PMs e bombeiros dão mais 15 dias ao GDF

Categoria ameaça operação-padrão, mas concede prazo pedido por Arruda

AFRÂNIO PEDREIRA

A queda de braço entre o governo e os policiais e bombeiros militares do DF entra no seu segundo combate. Cansados de esperar providências por parte do governador José Roberto Arruda, cerca de 4 mil policiais e bombeiros militares se reuniram em assembléia com indicativo de paralisação ontem à noite, na Praça do Relógio, Taguatinga, para discutir três pontos importantes para a categoria: reajuste salarial de 14% do Fundo Constitucional do DF (FCDF), destinado ao pagamento de servidores da Segurança, Educação e Saúde; criação de política habitacional e implantação do Plano de Cargo e Salário para os militares.

A categoria alega que as promessas de Arruda ficam somente nas negociações e que já passaram seis meses de seu mandato – tempo suficiente para solucionar o impasse. A última notícia sobre o assunto foi a assinatura dos decretos de criação de grupos de trabalho para estudo de viabilidade da política ha-



LUCIO BERNARDO

Cabo Patrício conversou com Arruda, que prometeu entregar proposta de MP para Lula

bitacional e do Plano de Carreira da categoria, no dia 11 do mês passado. Na ocasião, o GDF pediu prazo de 30 dias de tolerância, vencido na última segunda-feira.

Para dar um basta na situação e descartar a possibilidade de a categoria fazer operação-padrão neste final de semana, o deputado distrital Cabo Patrício (PT-DF) esteve ontem à tarde com Arruda para interceder pela categoria e reforçou, além dos pontos reivindicados pelos militares, a necessidade da equiparação salarial com os policiais ci-

vis do DF. Mais uma vez, o governador pediu prazo. Dessa vez de 15 dias, tempo que, segundo ele, é suficiente para a entrega de proposta de medida provisória ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concedendo aos policiais e bombeiros aumento de 50% a mais do que for concedido aos policiais civis do DF. Ou seja, caso o reajuste de 14% requerido pelos civis seja concedido, para os militares o aumento será de 21%.

A notícia foi dada aos manifestantes pelo deputado por volta das 20h30,

quando a assembléia já tinha começado. Por unanimidade, o prazo solicitado foi aceito. Uma nova assembléia foi marcada para o dia 4 do próximo mês. Caso nenhuma definição seja firmada, a categoria tenciona fazer paralisação branca ou operação-padrão. Todos comparecem às suas corporações, pegam as viaturas e saem. Não fazem rondas ostensivas e nem abordagens, o que sem sombra de dúvida deve aumentar o índice de criminalidade. A legislação vigente não permite que militares façam greve.